



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE RORAIMA

Independente e mais perto de você

DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 01 de Agosto de 2018.

Edição 2807 | Páginas: 10

7ª LEGISLATURA | 52º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 009/2018

DEPUTADO JALSER RENIER (SD) - Presidente

ZÉ GALETO (SD)
LENIR RODRIGUES (PPS)
JOAQUIM RUIZ (PTN)
CORONEL CHAGAS (PRTB)
ANGELA ÁGUIDA (PP)

MARCELO CABRAL (MDB)
GEORGE MELO (DC)
NALDO DA LOTERIA (PSB)
CHICO MOZART (PRP)
AURELINA MEDEIROS (PTN)

BRITO BEZERRA (PP)
VALDENIR FERREIRA (PV)
SOLDADO SAMPAIO (PC DO B)
OLENO MATOS (PC DO B)
MECIAS DE JESUS (PRB)

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CARLOS EBER MONTEIRO COSTA

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

EXPEDIENTE

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

Superintendência Legislativa

- Ata de Audiência Pública - Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços 02

Superintendência Administrativa

- Resoluções nº 423 e 424/2018 10

Superintendência de Compras e Serviços

- Errata da Certidão de Inexigibilidade de Licitação nº 004/2018 10

SUMÁRIO

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
ATA PLENÁRIA - ÍNTEGRA
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE INDÚSTRIA EMPREENDEDORISMO, COMÉRCIO, TURISMO E SERVIÇOS,
REALIZADA NO DIA 06 DE MARÇO DE 2018

Às dez horas e trinta minutos, do dia seis de março de dois mil e dezoito no Plenário desta Casa Leis, Deputada Bastos Amazonas, deu-se audiência pública, para discussão dos temas: Questões cruciais que dizem respeito ao aumento exorbitante da violência para o segmento das micro e pequenas empresas do Estado de Roraima, em especial do município de Boa Vista; e sugestões e novos conceitos em segurança pública, para qual foram convidadas as classes interessadas para participar da referida audiência. De ordem do Senhor Presidente a Ata foi transcrita na íntegra.

Deputado Brito Bezerra - Senhoras e senhores. Bom dia. Convido os deputados presentes para que tomem seus acentos para em seguida reabrirmos a Sessão Plenária e a Comissão Geral para debater o tema da Audiência Pública. Sob a proteção de Deus e em nome da população roraimense, declaro aberta a presente Audiência Pública, para tratar sobre questões cruciais que dizem respeito ao aumento exorbitante da violência para o com o segmento das micro e pequenas empresas do Estado de Roraima, em especial, para o município de Boa Vista e sugestões de novos conceitos para a segurança pública. Quero convidar, para compor a mesa dos trabalhos, o excelentíssimo Senhor **Frederico Linhares** – Secretário chefe da Casa Civil. Convido, representando o excelentíssimo Senhor Coronel PM, **Edson Prola**, Comandante Geral da Polícia Militar de Roraima; o Coronel PM **Paulo Roberto dos Santos Macedo**, subcomandante da Polícia Militar do Estado de Roraima. Convido, também, a excelentíssima senhora **Giuliana Nicolino de Castro** – Secretária Titular da Secretária de Segurança Pública do Estado de Roraima. Convido o Senhor Capitão **Diego Souza Bezerra** – Secretário Adjunto da Secretária de Justiça e Cidadania do Estado de Roraima. Representando a Senhora **Ednéia Chagas** – Delegada-Geral Civil do Estado de Roraima, o Senhor **Marcos Lazaro Ferreira Gomes** – Delegado-Geral Adjunto da Polícia Civil do Estado de Roraima. O Senhor **Renner de Almeida** – Presidente da Associação dos Delegados da Polícia Civil do Estado de Roraima. Senhor **Felix Ferreira de França Neto** – Presidente da FEMICRO. Quero destacar que o Felix, senhor Felix é presidente da FEMICRO, é empresário, e ele é o autor do requerimento na nossa Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Serviços e Turismo, para nós aqui juntos debatermos a segurança pública em nosso estado. Convido o Presidente Coronel PM **Lindolfo Olanda Beça** – Comandante de Policiamento da Capital (CPC). Convido também o Senhor **Ailton Cabral**, seu Ailton Cabral é um Roraimense pecuarista que vem aqui representando o setor produtivo. Hoje uma modalidade de furto de animais, pequenos e grandes animais, ele traz uma série de documentos que comprovam furtos de animais nas propriedades mais próximas do município de Boa Vista. Quero destacar a presença do deputado **Masamy Eda** aqui na mesa, Deputado Masamy Eda faz parte da Comissão de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo. Quero agradecer a presença dos Deputados **Jorge Everton**, **Oleno Matos**, Soldado Sampaio, **Gabriel Picanço**, **Naldo da Loteria**, **Joaquim Ruiz**, também aos demais deputados que se encontram nos gabinetes, nas salas Vips que possam estar participando desta Audiência, assim como aos deputados que não estão presentes, mas tiveram a responsabilidade de nos informar. Muitos estão em serviços de seus gabinetes fora do nosso município ou estão também a serviço da Assembleia em outros estados. Quero convidar os presentes para, de pé, cantarmos o Hino Nacional Brasileiro. (Execução do Hino). Continuando, quero agradecer também registrar e agradecer a presença do Deputado **Coronel Chagas**, vice-Presidente desta Casa. Quero agradecer ao Presidente **Jalser Renier** por abrir esta Casa para que várias audiências públicas aconteçam para que nós possamos aqui na Assembleia Legislativa, como uma caixa de ressonância da sociedade, debater os temas importantes e encaminhá-los para providências do Poder Executivo. Gostaríamos também de convidar, para fazer parte da mesa, os representantes da FE-COMÉRCIO, Senhor **Airton Martins** – que é o diretor conselheiro e o Senhor **Fabio Martins** economista, todos da FE-COMÉRCIO. Sejam Bem-Vindos a esta Casa Legislativa. Quero,

informar a todos os presentes, agradecendo também a presença dos empresários e empreendedores que aqui estão pequenos, médios e grandes. Começando com o Felix, que é o presidente da FEMICRO, que justifica a presença de poucos empreendedores por estarem em seus estabelecimentos neste momento vendendo, comprando, enfim. E o presidente da FEMICRO está aqui para representá-los nas demandas desta Casa Legislativa. Esta Audiência está sendo gravada para posterior transcrição da ata. Comunico a todos que queiram fazer perguntas, que façam por meios de formulários, que serão distribuídos e após encaminhados à mesa de trabalho. Para fazer o uso da palavra, eu convido o autor desta proposição o presidente da FEMICRO, Senhor **Felix Ferreira** para que ele possa explanar as demandas e todos nós possamos absorver, e aí entrar mais profundamente nos detalhes. Por favor, a palavra está com vossa senhoria. Fique à vontade.

Senhor Felix Ferreira – Bom-Dia, eu me chamo Felix e eu estou presidente da FEMICRO, que é a Federação das Associações das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores do Estado de Roraima. Eu quero aqui, mais uma vez, deputado Brito, justificar a presença de poucos empreendedores porque na verdade representamos segmento do Microempresário. O micro ou pequeno empresário é aquele que precisa abrir sua empresa, é aquele que faz a venda, é aquele que recebe no caixa, como a grande maioria do nosso estado. Então, para um empresário ficar longe da sua empresa ele precisa ficar com a empresa fechada. E nós visitamos vários empresários e alguns manifestaram a dificuldade de sair dos seus estabelecimentos para participar da Audiência, mas na realidade está Audiência Pública não tem o objetivo de reunir empresários, mas tem o objetivo de trazer uma grande preocupação que está aterrorizando o segmento empresarial do Estado de Roraima, principalmente o micro e pequeno empresários que representamos. Eu quero agradecer a esta Casa, através do Presidente Deputado Jalser, mas eu quero, de maneira muito especial, agradecer à Comissão de Indústria e Comércio, na pessoa do seu Presidente, o Deputado Brito Bezerra. Eu, Deputado Brito, cultivo um sentimento muito forte, que é o sentimento da gratidão, do reconhecimento e do respeito, e eu tenho um grande agradecimento pela parceria de vossa excelência da federação, e tenho respeito imenso pelo seu trabalho parlamentar. E, em nome dos micro e pequenos empresários de Roraima, eu quero dizer a vossa excelência, muito obrigado. Eu quero aqui complementar a mesa, todas as autoridades presentes, mas eu quero me dirigir de maneira muito especial, às autoridades constituídas que impõem a segurança pública do nosso estado. Mas eu quero dizer aos senhores que ela não é um ato crítico, quando nos protocolamos o ofício para a Indústria e Comercio e solicitando esta Audiência, não foi com o objetivo de fazer críticas, porque, quem respeita não critica. Quem respeita, avisa, tenta colaborar e tenta ajudar, portanto, está Audiência é para trazer ao conhecimento do público sobre segurança pública do nosso estado o drama que passa o segmento empresarial e principalmente, o micro e pequeno empresários. O empresário que tem o poder inquisitivo melhor, e consegue investir em equipamentos de segurança, de certa forma, consegue se proteger. Mas o micro e pequeno empresários que não têm as mesmas possibilidades financeiras está exposto a todo tipo de criminalidade, a situação do micro e pequeno empresários na questão segurança pública do nosso Estado que, é grave, e a federação, como a entidade legal representativa desse segmento não pode ficar de braços cruzados esperando que uma catástrofe aconteça. Nós precisamos, juntos com a cúpula de Segurança Pública de nosso estado, procurar uma saída, porque os empresários não aguentam mais arcar sozinhos, Deputado Brito, com a criminalidade. Veja bem, Roraima é um estado pequeno, temos uma população de um pouco mais de 500 mil (quinhentos mil) habitantes, distribuídos em apenas 15 municípios, existem no estado de Roraima oito instituições de segurança pública. Nós temos a Polícia Federal, nós temos a Polícia Rodoviária Federal, nós temos a Secretária de Segurança Pública, nós temos a Secretária Penitenciária, nós temos a Polícia Militar, nós temos a Delegacia-Geral, nós temos o DMTRAN e nós temos a Guarda Municipal. E nós não estamos conseguindo ter segurança razoável para o segmento empresarial, principalmente, o micro e pequeno. Então, alguma coisa deve estar errada, e nós não viemos aqui criticar e sim com a pergunta “onde é que está o erro? O que é que está acontecendo? Nós podemos ajudar? Onde é que nós podemos ajudar?” Mas para isso é necessário que as instituições de segurança pública abram um canal de conversação com a sociedade

organizada, não é possível fazer segurança pública isolado! A segurança é um dever do estado, mas ela é uma responsabilidade de todos! Mas para que nós possamos levar essa responsabilidade ao conhecimento, principalmente do micro e pequeno empresários é preciso que se abra um canal de comunicação para que juntos possamos achar uma solução, porque volto a repetir o setor micro e pequeno não aguenta mais! Na verdade, o empresariado brasileiro é o prestador de serviço público, porque quando um cidadão vai à minha empresa e compra o produto ele deixou sob minha responsabilidade um valor que está agregado àquele produto de tributos, e eu, como empresário fico com a responsabilidade de repassar esses valores aos cofres públicos. Já aconteceu, casos, deputado Brito, que o empresário recolheu tributos durante um mês, para pagar o imposto do dia seguinte. No outro mês, seu comércio foi invadido, foi assaltado, levaram o dinheiro dele, e no outro dia ele teve que recorrer a empréstimos bancários para honrar com o compromisso do imposto, porque se assim ele não fizer, ele será massacrado pelos juros, pelas multas, pela autuação e etc... Portanto é preciso que se encontre uma saída para a violência contra o micro e pequeno empresários. Nos elaboramos uma cartilha, e a denominamos Cartilha do Empreendedor Roraimense, confeccionando 15 mil (quinze mil) exemplares que estamos distribuindo em todo estado. Já distribuídos em 8 mil empresas, já visitamos 8 mil empresas, e entre essas ações existe aqui uma ação para ajudar a segurança pública, para colaborar com a segurança pública, mas volto a repetir: para nós voltamos a colaborar, é necessário que as instituições de segurança pública abram um canal de discussão, porque um gestor público que não conversa com a população não pode ter sua gestão avaliada como positiva. Nós, em breve, vamos lançar também o selo do empreendedor roraimense, que também tem o propósito de colaborar com a segurança pública, mas volto a repetir, se nós não tivermos um canal de comunicação nada nos vamos poder fazer! Portanto eu espero que esta Audiência Pública nos possamos chegar a um consenso, nós possamos sensibilizar a cúpula da segurança pública, para que nós possamos ter um grande debate sobre a segurança pública, e assim amenizar a violência contra o micro e pequeno empresários, porque, veja bem, hoje, secretário, existem a polícia o bandido e a sociedade. A polícia não está se entendendo com a sociedade enquanto o bandido deita e rola. Por isso é preciso fazer uma grande mesa de discussão, convocar a sociedade organizada para que juntos arrumarmos uma solução. Quero aqui, mais uma vez, agradecer a esta Casa e a todos os seus membros, em especial, quero agradecer ao Deputado Brito. Quero dizer a vossa excelência Deputado Brito, que vossa excelência é patrimônio, um grande patrimônio da política roraimense. Muito obrigado, bom-dia. E que Deus nos abençoe.

Deputado Brito Bezerra - obrigado amigo Felix. Essa cartilha que o Felix falou aqui, só a título de esclarecimento foi uma parceria, que foi feita em conjunto com governo do estado também com esta Casa Legislativa, através da Comissão de Indústria e Comércio da qual algumas demandas foram encaminhadas, dentre elas a criação de uma secretaria estadual de micro e pequenas empresas do estado de Roraima, foi encaminhado para a Governadora a título de indicação, a criação de uma delegacia do empreendedor, mecanismos de compensação dos impostos pagos sobre mercadorias furtadas e danos ao patrimônio, segurança preventiva para o empreendedor, educação tributária, enfim. Esta Audiência Pública tem por finalidade também o propósito de nós aqui juntos, possamos entender, deputado Daniel, toda essa demanda e também encaminhar juntos, através desta Comissão, através desta Casa Legislativa e o Poder Executivo e que também possamos tomar providências que são estruturas necessárias para combater o crime e garantir aos empreendedores a segurança pública necessária. Eu gostaria de convidar, para fazer o uso da palavra, o senhor **Ailton Cabral**, seu Ailton Cabral é empreendedor, é um dos desentrosados, aliás não gosto de usar esse nome para Raposa Serra do Sol seu, porque nunca foram intrusos. Seu Ailton, a família dele é roraimense, ele é roraimense, e hoje está reassentado aqui no Truarú, lá naquelas regiões como em outras está havendo furtos de pequenos, médios e grandes animais. Ele vem aqui relatar esses fatos para que nós possamos incluir nas nossas indicações ao Poder Executivo. Senhor Ailton, vossa excelência tem a palavra.

Senhor Ailton Cabral – Bom-dia, Senhores, sou Ailton Cabral. Como o Deputado Brito falou, eu fui desentrosado da Raposa. Apesar de não aceitar “desentrosado” por ser brasileiro, meus pais são brasileiros, meus avós são brasileiros e eu não

aceito essa de desentrosado, eu fui expulso, hoje estou assentado ali, através do INCRA, e infelizmente até hoje não concluiu nada, lá nos estamos jogados ao léu, lá nos não temos assistência do governo, em na área da prefeitura. Então, eu ouvir uma reportagem sobre que seria esta Audiência Pública, então eu vim, como cidadão, apenas represento aqui o doutor Elder Pereira e a doutora Landecir, que estão na mesma situação minha no furto de gado, absurdo! Coisa é extremamente absurda. Eu tenho aqui não um boletim de ocorrência, é uma coleção com fotos e atitudes que ali foram feitas, e eu tenho recebido apoio do delegado Renner, do subcomandante da polícia militar, mas precisamos muito mais ainda, porque não é possível, hoje eu tenho um prejuízo em torno de 60 rezes. Preciso fazer uma vacinação agora em abril, mas devo fazer uma contagem para ver se esses 60, é exato ou são mais 100. Então, eu conversei com o deputado Brito a quem pedi que eu fosse incluído, que me incluíssem nisso aí também para que as autoridades constituídas apresentem uma solução para isso, um respeito, porque o patrimônio é meu, mas o patrimônio também é do estado! Se o estado, os empreendedores e os microempreendedores forem fracos, esse estado também será fraco. Não existe estado forte com sua população fraca! Então, eu vim aqui foi clamar junto às autoridades uma ação, uma resolução para isso aí. Obrigado.

Deputado Brito Bezerra – muito obrigado, seu Ailton. Quero franquear a palavra ao Frederico Linhares, secretário da Casa Civil, neste momento, representando a governadora do estado, Suely Campos. A palavra está franqueada ao senhor Frederico.

Senhor secretário Frederico Linhares – Excelentíssimo senhor deputado Brito Bezerra, presidente da Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços. Bem, eu estendo meu cumprimento aos demais parlamentares, Coronel Macedo, subcomandante da polícia militar, seu querido senhor Felix, presidente da FEMICRO, e meu amigo Ailton com quem já estivemos pistilados em outras oportunidades em muita luta neste estado, deputado Brito, em busca de justiça para essas pessoas, como ele disse, que foram expulsas da sua terra, mas o Governo Federal ainda não fez a devida compensação a esses produtores, a esses trabalhadores que jamais, jamais foram intrusos aqui em Roraima, pelo ao contrário, são parceiros de Roraima e produzem, são e serão trabalhadores que precisam ser olhados com mais carinho por parte das autoridades federais. Já que a injustiça dói feita, chegou a hora de fazer justiça através de uma compensação. As palavras do senhor Felix são muito importantes para nossa reflexão, o governo do estado entende que, nos últimos anos, Roraima vem passando por transformação demográfica, tem tido uma superpopulação de imigrantes, algo que fugia das nossas previsões de crescimento populacional, não se imaginava 10 anos (dez) atrás, que em um espaço de 3 anos (três) o estado de Roraima veria sua população aumentar em mais de 10% isso é inédito! Imagina um estado ter sua população aumentada em 10%. Isso faz com que todos os serviços públicos precisem ser adequados a essa nova realidade. Isso afeta, senhor Felix, diversas áreas do serviço público, inclusive, a Segurança Pública, se a gente olhar a curva de criminalidade principalmente em Boa Vista, a gente vai perceber um aumento considerável da criminalidade, especialmente, com armas de fogo nos últimos anos, e a gente vai verificar o aumento considerável de pessoas detidas de outras nacionalidades, o que revela que parte da criminalidade pode estar vinculada com essa imigração desenfreada por parte de estrangeiros aqui no estado de Roraima. Isso tem sido, senhor Felix, uma realidade que a gente vem enfrentando nos últimos tempos. E, em nome da Governadora Suely, eu quero lhe assegurar que nós estamos tratando com o governo federal, sobre temas importantíssimos, muitos deles, eu diria até que, a maioria deles tem a ver com segurança pública, investimentos para melhoria da segurança pública. A gente não pode esquecer que esse problema migratório tem raízes federais. Roraima é um estado fronteiro, que tem uma longuíssima fronteira seca com dois países, e nós sabemos que a responsabilidade de patrulhamento dessa fronteira, controle de migração, documentação desses estrangeiros é responsabilidade federal. E exatamente essas fronteiras, segundo investigações feitas pelas autoridades de Roraima, têm demonstrado que muito armamento, armas de fogo e algumas até de grosso calibre tem entrado no estado de Roraima por meio das nossas fronteiras. E essa responsabilidade deve ser assumida pelo governo federal. Então, muitas das nossas reivindicações passam pela Segurança Pública, e a gente tem convicção que o governo federal já entendeu

a responsabilidade que eles tem sob isso e vai nos ajudar a enfrentar essa criminalidade destinando investimentos específicos pra nossa polícia, para Polícia Militar, Polícia Civil, para equipar nossa polícia, armar melhor nossa polícia, para dar condições para a polícia investigar, equipamentos tecnológicos para, cada vez mais, implementar câmeras de monitoramento, para que a gente possa ter uma perícia para descobrir as autorias dos crimes mais cientes, mais célere, e todo esse investimento está sendo considerado como prioridade pelo governo federal, não é à toa que o senhor Presidente da República esteve aqui em Boa Vista, já na semana seguinte convocou todos os governadores para discutir exatamente essa questão e já garantiu que esses recursos serão apontados para o estado de Roraima, através de nossos projetos especialmente de segurança. Eles não envolvem somente a segurança, há projetos na saúde, na área social, há projetos de interiorização dos imigrantes. Mas é assim, o importante é que o senhor leve, como presidente da FEMICRO, a mensagem da governadora para os afiliados da federação é que o governo não vai descansar enquanto não resolvem essa criminalidade que aflige o cidadão comum e em especial os empresários e mais ainda os pequenos empresários que estiverem em níveis ainda mais baixos que a gente está verificando hoje. A gente precisa dessas parcerias, governo federal já se colocou à disposição! A polícia vai continuar trabalhando, nós temos condição sim de intensificar as investigações o policiamento principalmente nas áreas de grandes comércios. Quero, pois deixar o governo do estado à disposição da Federação, para receber o senhor no Palácio Senador Hélio Campos, juntamente, com a Governadora Suely, e que assim a gente possa pensar juntos em como a gente pode caminhar de mãos dadas daqui para a frente. Muito obrigado.

Deputado Brito Bezerra – obrigado, secretário. A palavra está franqueada, neste momento, ao senhor presidente da Associação dos Delegados, o senhor Renner de Almeida.

Senhor presidente Renner Almeida – senhores, bom-dia. Gostaria de cumprimentar o senhor Deputado Brito Bezerra, presidente da Comissão; cumprimentar a doutora Giuliana Castro, em nome da qual, cumprimento os colegas policiais que aqui estão; cumprimentar o Coronel Macedo, em nome de quem, cumprimento os demais policiais que aqui estão, cumprimento, meu amigo Magrão, em nome de quem, cumprimento todos que estão aqui. O nosso amigo Felix que, há algum tempo, vem reclamando de demandas principalmente sobre furtos, que os microempresários vêm sofrendo, quero aqui somente me filiar, me harmonizar porque sabemos a sua falta de meus atendimentos. Só falando inicialmente que a Segurança Pública há de ser compartilhada. Realmente, o artigo 144 da constituição fala que a segurança pública é um dever do estado e direito de todos nós, ela fala que ela é dividida entre a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros cada um com suas funções específicas. Quando o estado por si só, quando divide esses compromissos ele também divide com o setor privado. Isso significa que, o setor industrial e empresarial também tem o mesmo dever. Historicamente, não só no Brasil o setor empresarial sempre cuidou, e isso não é errado! Esperamos que isso possa mudar a partir de agora, esse setor sempre cuidou dos interesses próprios, privados e pessoais mais do que o setor público. Esquecem alguns empresários e alguns comerciantes que a partir do momento em que os problemas internos, os problemas privados começam a se tornar externos, esse problema privado passa a ser um problema público, portanto da segurança pública e é exatamente aí que a gente tem que conchamar todos para, em parceria, fazerem o trabalho em equipe. Eu quero dar um exemplo, rapidamente. Imaginamos a situação do regresso do sistema penitenciário, aqui eu falo da SEJUP que nasceu em Roraima no dia 21 de dezembro de 2001 através da lei-317. Imagine um cidadão que é marginal, que é sentenciado, de 10 a 12 anos de prisão, no terceiro ou quarto ano, via de regra, esse cidadão já perdeu esposa, perdeu os filhos para alguém por não terem o seu patriarca, esse cidadão ao sair para o regime semiaberto, mesmo em regime semiaberto, eu sempre dou esse exemplo, doutores: Ele sai da PA, olha para a direita, olha para a esquerda e não tem nem um caminho a seguir, porque o estado, o comércio e a empresa privada não está lá para recepção-lo muito menos o setor privado. Aí ele pega uma sacola do DB com sua escova de dente bem desgastada, sem sabonete para tomar banho, encosta no primeiro bar, alguém paga uma dose de cachaça e esse alguém também lhe paga uma segunda dose de cachaça, mas ele não tem norte, não tem caminho, não tem para onde ir porque o estado não o recebeu. Isso não

é um privilégio de Roraima. É exatamente aí que nós devemos ter consciência da necessidade do setor empresarial, do setor industrial em recepcionar esse regresso do sistema penitenciário, porque é aí que estamos fazendo parceria, nós estamos recepcionando para podermos reinserir essa pessoa na sociedade, se não fizermos isso teremos, com certeza, mais um marginal cometendo novos crimes na nossa sociedade. Nós pudemos também, se aqui me permitam sugerir mais uma outra situação em parceria pública e privado. Esse é o caminho, esse é o Norte desconheço outros mecanismos de inibição de incidência criminal. Imaginemos a seguinte situação: Se nós pegarmos todos os jovens de Boa Vista especificamente, todos os jovens que estão nas ruas, que se dão muito mal, e que se confrontam todos os dias com a polícia. Então, em parceria com a polícia militar, buscamos ensinar esses jovens da importância da sua efetiva exceção na sociedade através de programas sociais, através de bandas de música da Polícia Militar, através de cursos, de danças, através de higiene pessoal, através dos mais variados mecanismos. Tenho certeza que esses jovens, em pouco espaço de tempo, terão uma outra imagem da Polícia Civil, terão outra imagem da Polícia Militar, se tornarão parceiros se tornarão amigos com certeza, também se tornarão bem menos possíveis no comprometimento com novos crimes e novas infrações penais. Concluindo, eu gostaria de dizer em nome dos delegados da polícia de Roraima, que estamos à disposição dos senhores, mas pedimos, principalmente, que os senhores participem conosco, em parceria com o setor público privado para fazer outro meio, outro mecanismo para desinibir a incidência criminal no nosso estado, público e privado é o caminho é a solução. Estamos à disposição.

Deputado Brito Bezerra – palavra está franqueada ao senhor Paulo Roberto dos Santos Macedo, subcomandante da Polícia Militar do estado de Roraima.

Senhor Paulo Roberto dos Santos Macedo – Senhoras e senhores, bom-dia. Deputado Brito; senhor Felix Ferreira, presidente da FEMICRO, esse cenário de crime e violência era para ser bem pior! A Polícia Militar de Roraima, através do grande comando ostensivo da capital e do interior, principalmente na capital tem atuado de forma inteligente desde 2015. Nessa atuação, nós fazemos o levantamento de território de crime, observando comportamentos criminosos, modos operantes, principais vítimas, e fazendo o mapeamento desse território identificando, o que nós chamamos de pontos quentes da cidade, e assim empregamos o policiamento onde precisa de polícia. Nessa observação identificamos as vítimas, como potencial dentro desse grupo, os comerciantes. No primeiro momento, identificamos que os comércios eram atacados no final da tarde, quando tinha um certo valor no caixa. Os principais comércios, os que são mais vulneráveis eram as farmácias e pequenos mercados na periferia começamos a atacar nesse momento a colocar o policiamento nessa rota, nesse corredor comercial e conseguimos uma certa redução dessas taxas. É dessa forma que a polícia trabalha reduzindo e controlando o crime, mas não vamos conseguir acabar nunca. É dessa forma, o criminoso mudou o modo de agir, ele começou atacar as empresas na madrugada, na noite quando elas já estavam fechadas buscando aquelas que ofereciam oportunidade e benefício para eles, buscam pois, empresas que vendem tecnologia, pelo pequeno tamanho do produto do roubo e do furto, e pelo valor dele, valor de mercado nos colocamos aí o celular e novamente aprimoramos o nosso plano, plano de operação e o corredor comercial depois outros planos que o capitão Coronel Lindolfo, comandante do policiamento na capital vai expor. Enfim temos uma reduzida nesse tipo de crime. Atualmente, com o advento desse êxodo venezuelano, nós temos observado também os crimes chamados de “crimes de fome”, onde pequenos grupos desses estrangeiros estão entrando em pequenos supermercados e até em grandes supermercados, furtando alimentos. Mas o que tem nos chamados a atenção é que algumas ações criminosas em cima de empresários, não só no seu comércio, mas também na sua casa quando ele tem uma reserva de grande valor, como o senhor comentou. Perguntamos; como é que o ladrão, o cidadão infrator sabe que aquele empresário está com aquele valor armazenado na empresa dele no final de semana, ou em casa, porque não deu tempo de ele fazer o depósito? E isso nos leva a crer que esse cidadão infrator está tendo facilidades internas. Em cima dessas observações a Polícia Militar tem colocado o efetivo na rua bem orientado para observar como eu disse, comportamentos de modo operante, sendo que quando a gente ataca esse território o cidadão infrator migre, ele migra indo buscar outro território,

outro momento, ou seja, inoportuno que tenha baixo risco para ele, e a gente identifica esses locais e continua atrás é o que nós chamamos de “briga do gato e rato”. Então, essa é a ação da Polícia Militar, a gente trabalha reduzindo e controlando, mas como Segurança Pública é dever do estado, direito e responsabilidade de todos, nós precisamos do apoio da sociedade e da sociedade de comerciantes, entendeu? Para nos ajudar a reduzir essas taxas, e dentro desse apoio, a gente a polícia militar, através de seus comandantes de unidades operacionais de subunidades que são os batalhões das companhias trabalham orientando esse público sobre condutas defensivas. Ai, dentre elas, eu vou adentrar umas aqui já para o senhor orientar os membros da federação que são as seguintes: Melhorias da infraestrutura predial da empresa, não pode se conceder que um empresário não cuide da infraestrutura da sua empresa, facilitando a vida do ladrão, uma pessoa que entra pelo telhado, que consegue tirar a telha para entrar em um comercio é porque estava fácil o acesso! O grande ou o micro ou pequeno empresário ele tem que se preocupar em proteger o seu patrimônio dele, é de onde ele tira a renda dele, é onde gera empregos e gera dividendos para o estado e para o município. Então, ele não pode facilitar né? Esse é o direito e responsabilidade de todos estar em cima dessas pequenas ações para melhorar sua empresa, outra implementação de vigilância eletrônica, colocação de equipamentos, câmeras, sensores de movimento isso as pessoas colocam nas suas casas e não é um valor caro, mas é um equipamento que ajuda o empresário a ser informado em tempo real se a loja dele for invadida a qualquer hora. Hoje nós temos muitos equipamentos que não são caros, equipamentos que podem depois ajudar à Polícia Civil identificar o criminoso. Muitos dos criminosos que atuam aqui em Boa Vista, nós sabemos quem são, conhecemos eles pelas atitudes, por marcas e a Polícia Civil identificando, ela já sabe onde mora e vai atrás vai recuperar o bem roubado ou furtado. E como tem feito muito nestes últimos tempos, a polícia tem trabalhado muito. Talvez isso não seja muito divulgado porque a imprensa divulga aquilo que dá ibope, mas nem sempre divulga a boa notícia. A Polícia Civil e Polícia Militar têm recuperado muitos bens, prendido quadrilhas, devolvido para as pessoas, principalmente, motocicletas, televisores, aparelhos celulares e até alguns valores. Então, a implementação desses equipamentos de vigilância ajuda o comerciante a proteger o seu patrimônio, e ajuda as forças de segurança a inibir a ação criminosa e até prender os infratores. Uma outra orientação e proteger os objetos de maior valor, as vezes o comerciante monta uma vitrine faz uma exposição na janela, coloca só um vidro protetor ai fecha a loja e deixa o equipamento exposto para a ação criminosa, o camarada quebra o vidro é um equipamento pequeno mais de alto valor que vai causar um certo prejuízo para a empresa, então vamos orientar que esses comerciantes antes de fechar seus estabelecimentos guardem esses equipamentos em um cofre, em um lugar menos acessivo para esse ladrão. Em relação à essa informação interna que o cidadão sabe que tem valores armazenados dentro da empresa ou dentro da casa, a gente orienta o proprietário a ter um certo cuidado na contratação de servidores, de funcionários façam um filtro sobre a colcha de referencias, às vezes, a pessoa que você está contratando pode ter sido captada pelo crime organizado para estar prestando informações oportunas para a ação dele, observem isso aí. E finalizando, a questão da guarda de valores, às vezes, o empresário finaliza o dia e deixa uma grande quantidade de valores guardados na empresa ou leva para suas casas todo mundo vê isso aí! Evite. Procure fechar o caixa cedo, procure contratar uma empresa de valores, principalmente, nos finais de semana porque aí você pode virar uma vítima em potência. Então, entre outras medidas defensivas que podem ajudar a polícia a combater, reduzir e controlar o crime que faz com que a comunidade, principalmente, a comunidade de comerciantes a ajudar as forças de segurança nessa luta que vai continuar. Por isso que eu disse ao senhor, esse cenário deveria ser bem pior, é que a gente tem trabalhado muito. Se o senhor me permitir, eu gostaria de passar a palavra para o comandante do CPC que pode falar um pouco mais sobre as operações que estão em andamento para esse setor comercial, que hoje está sofrendo muito com esses problemas de criminalidades. Coronel Lindolfo, por gentileza, o senhor pode se manifestar.

Deputado Brito Bezerra – Eu só gostaria que nós ficassemos atentos, ao máximo, à essência do tema sobretudo das providências que podem ser tomadas, claro, ressaltar as providencias que vêm sendo, mas as que podem ser implementadas

diante dos fatos que estão acontecendo roubos, furtos. Senhor tem 3 minutos. Obrigado

Senhor Coronel Lindolfo – Objetivamente o comando do policiamento da capital tem atuado na parte operacional, buscando primeiramente a parte afetiva de orientação para evitar que o crime aconteça. O interessante para nós é prender somente o criminoso, o interessante é que nós façamos essa prevenção para que alguém não tenha seu bem lesado ou sua integridade física lesada, essa aproximação entre a classe comerciária entre micro e pequenos empresários com a Polícia Militar, é de fundamental importância para traçarmos estratégias de polícia para evitar o delito. Por isso senhor Felix, o senhor está convidado, eu receberei o senhor no comando de policiamento da capital para, de uma maneira muito aproximada e bem específica, elaborarmos essas estratégias juntos, com os associados. Nós elaboramos uma operação chamada “Natal Seguro”, essa operação teve como objetivo policiamento nas áreas comerciais e nos corredores bancários nós tivemos o mínimo de ocorrência, nós tivemos uma ocorrência envolvendo cédulas falsas, celulares que estavam sendo vendidos, e de imediato, nós fizemos a apreensão desses objetos! Nós temos feito, como o coronel Macedo falou, bastante apreensão de armas de fogo, principalmente, armas de grosso calibre e principalmente armas vindas do exterior que estavam sendo usadas e que seriam usadas ainda, em assaltos motocicletas nós temos recuperado muitas motocicletas que também estavam sendo roubadas para serem usadas nos assaltos. Nós estamos tirando de circulação estamos com policiamento nosso especializado e voltado para isso. O Giro faz aproximadamente de 120 à 130 abordagens por turno, em motocicletas em pessoas transitando, a pedestres. As outras unidades também têm buscado esse tipo de operação, nós temos hoje se os senhores forem à Jaime Brasil, tem uma viatura específica lá com dois policias fazendo uma ronda que nós chamamos de ronda 13.017, que é uma ronda bem aproximada, parando em locais estratégicos ouvindo o cidadão consumidor, ouvindo o comerciante, ouvindo o comerciante para que nós possamos potencializar ainda mais a nossas operações. Então, é nesse sentido, que a partir do momento que a gente pode se aproximar ainda mais senhor Felix. O senhor pode ter certeza que o comando de policiamento aqui da capital e o comando do policiamento no interior, também, irá, se voltar ainda mais para os pequenos e médios empresários. Muito obrigado.

Deputado Brito Bezerra – Muito obrigado, Coronel Lindolfo, o fato de se colocar à disposição da federação é algo muito importante, essencial para os andamentos dessas Audiências. Quero convidar, para fazer o uso da palavra, o Doutor Marcos Lazaro Ferreira Gomes, delegado adjunto da Polícia Civil do estado de Roraima.

Doutor Marcos Lazaro Ferreira Gomes – Deputado Brito Bezerra, presidente desta Comissão em nome da qual, cumprimento todos os parlamentares na manhã de hoje. Coronel Macedo, em nome do qual, cumprimento todos os policiais militares presentes. Felix nosso amigo e parceiro de ideias e debates; cumprimento também as personalidades civis aqui presentes. Vou ser bem sucinto no que a gente vai dizer aqui, traçar apenas um panorama histórico para chegar no objetivo, que é falar sobre as medidas que serão efetivadas em relação ao objeto desta reunião, que são a proteção, a investigação desses delitos praticados contra esses pequenos e médios empresários. Inicialmente, por questões de justiça, nós temos que reconhecer que a Governadora Suely Campos sempre, desde o primeiro dia de governo, esteve comprometida com o assunto “Segurança Pública”. Eu moro a 14 anos (quatorze) neste estado, já passei por alguns governadores, e sou testemunha viva do compromisso que a chefe do nosso poder executivo Suely Campos tem com a Segurança Pública e, principalmente, com a Polícia Civil, até o dia de hoje, tem sido a gestora que mais insistiu na Polícia Civil, que mais valorizou a atividade da Polícia Civil e, para quem não é da Segurança Pública entenda a repressão. A atividade de Segurança Pública no Brasil é realizada em dois ciclos; o ciclo Preventivo ostensivo que é praticado pela Polícia Militar fardado, enfim onde se objetiva evitar a pratica do crime, e o Repressivo que é a Polícia Civil investigativa. Então, da parte da Polícia Civil, esse empenho da Governadora esse compromisso com a sociedade se reflete nos números. Somente para os senhores e as senhoras terem uma ideia, em relação a quatro itens apenas, números de pessoas presas, armas apreendidas, veículos e atos de prisões em flagrante, exclusivamente, decorrente de ações da Polícia Civil. Nós tivemos,

em relação ao último ano do governo anterior, um aumento, por exemplo, de um percentual de 1.046%, deputado Brito, de pessoas presas decorrente de atividade da Polícia Civil, ou seja, dez vezes mais, não tivemos um aumento de dez vezes no crime, ou seja, nós tínhamos uma demanda reprimida, a questão de 1.592% recorrente à ação da Polícia Civil de 1022% de prisões em flagrante decorrentes de autos da Polícia Civil em relação ao último ano do governo anterior ao do governo Suely Campos. Último dado que eu tenho aqui é a relação de 2017 e 2016, 14 anos depois do último concurso da Polícia Civil houve uma redução geral de 20% de poder efetivo, uma redução de 45% de integrantes do cargo de delegado, perito, escrivão no comparativo do ano de 2017 para o ano de 2016 nós tivemos 24,15% de pessoas presas de acordo com a Polícia Civil; 3,43% de veículos apreendidos decorrente da Polícia Civil, 19,4% de armas apreendidas decorrente de ações diretas da Polícia Civil e 35,58% de autos de prisões em flagrante lavrados decorrente das ações da Polícia Civil, espelhando aquilo que eu falei para os senhores inicialmente sobre a determinação da governadora Suely Campos nesse compromisso não somente com a Polícia, mas com a sociedade. Também temos que ressaltar, e é importante que os senhores e senhoras aqui presentes, autoridades representantes do povo, saibam que até dezembro do ano de 2014, ou seja, do último ano do governo anterior, apenas duas unidades da Polícia Civil funcionavam depois das 13:30 neste estado, notadamente, aqui em Boa Vista. Nessa filosofia, partindo dessa filosofia de trabalho, de arregaçar a manga, realmente, fazer jus por aquilo que nós nos comprometemos, enfim, a governadora determinou que fosse feito um planejamento e que fosse capitalizada a atividade da polícia civil, para que ela chegasse em mais pontos, para que atingisse mais pessoas, para que a população tivesse mais locais para que fossem atendidas. E ainda no primeiro semestre de 2015, nós saímos de duas unidades da polícia civil. Eu vou traduzir para quem não é da área; a partir de 1:30 no final de 2014, a polícia civil fechava as portas, a população só tinha dois lugares em atividade para ir: um ali no Liberdade, o outro no Raiar do Sol e o restante fechava as portas. Então, ainda no primeiro semestre de 2015, a polícia civil dentro dessa filosofia, que é uma filosofia de governo, aumentou, ampliou de 2 unidades para 7 unidades que passaram a funcionar depois das 13:30 até às 19:30. No ano de 2016, nós ampliamos para mais 8 unidades, totalizando 15 unidades que funcionam interruptamente, isso sem aumento de despesas, sem concursos públicos apenas fazendo uma reengenharia de pessoal, apenas cumprindo uma determinação governamental de uma governadora que se preocupa, efetivamente, com a população. Voltando aqui ao objetivo, o senhor Cabral que falou primeiro trouxe aqui à baila o assunto atinente ao abigeato é o furto de gado, como eu disse para os senhores, e reprimido, não canso de dizer, em Janeiro deste ano a governadora determinou que fosse realizada uma reunião, deputado Brito, entre a Polícia Civil, A Polícia Militar, A Agência De Defesa Agropecuária, Vigilância Sanitária e SEAPA para que fossem tomadas as medidas efetivas de caráter sistemático no tocante, à fiscalização e repressão dos estabelecimentos legalizados ou não que vendem carne de gado. Isso tem um porquê, isso tem um motivo, porque quem furta o gado, seu Cabral, não furta para levar para casa e colocar na geladeira, e sim para vender, furta para ter vantagem econômica. Então, é, muito mais inteligente combater o furto de gado combatendo quem vende a carne ilegal do que ficar indo para uma vicinal esperando alguém que tenha furtado um gado passar! E essa reunião teve frutos, semana passada foi afirmado um termo de acordo de cooperação técnica entre esses órgãos envolvidos, e para exatamente estabelecer as regras dessa fiscalização. Inicialmente, será feita uma ação educativa informando até mesmo para o pequeno comerciante que cauteloso ele deve ter quando adquirir esse produto, essa carne para que depois não venha ser alegado embora no nosso ordenamento jurídico, é bem claro que ninguém se esquivou da lei, alegando seu desconhecimento, mas que depois não venha ser alegado que desconhecia. Também, a doutora Ednéa Chagas, cumprindo as determinações da governadora determinou no mês de janeiro que fosse feita uma Força Tarefa, incluindo agentes de polícias de várias unidades da polícia civil, inclusive da capital e que esses agentes de polícia, senhor Cabral, dirigissem a comunidade do interior. Foi feito um levantamento ali na região do Apiaú, Vila Da Penha, enfim, Alto Alegre foram identificados alguns criminosos, a natureza do trabalho da Polícia Civil é de natureza sigilosa. Então, a gente não pode ficar aqui citando nomes,

enfim. Eu posso dizer que foram identificados esses criminosos, esses veículos utilizados, e nós trabalhamos em conformidade com a lei. A Polícia Civil precisa, quando não há o flagrante, para as pessoas entenderem, quando a polícia não prende uma pessoa praticando crime ela precisa do poder judiciário para autorizar essa prisão. Então, a polícia, ciente disso, produziu esse material probatório e a guarda dos delegados que estão à frente disso e do poder judiciário e às ordens necessárias. Também queria dizer que, em relação à essa fiscalização da venda ilegal da carne, foi realizado um treinamento esta semana na Polícia Civil capitalizado pelo pessoal da defesa pecuária e os nossos policiais já estão aptos para efetuar essa atividade que vai estar submetida a um calendário de fiscalização. Bem, esse é o ponto que foi trazido aqui pelo senhor Cabral. Com relação à demanda do nosso amigo Felix, há algum tempo a gente também já vem debatendo sobre essa necessidade, digamos assim, de melhorar o atendimento da Polícia Civil ao micro e pequeno empresários porque nós também somos sensíveis à demanda que o Felix nos trouxe, exatamente o microempresário, a figura do microempresário, confunde com a figura do administrador, ela se confunde com o vendedor, com o auxiliar de serviços gerais. O camarada que está à frente de uma empresa dessa é tudo! Então, a gente sabe disso, dessa característica que vocês possuem, a gente tem procurado orientar os nossos policiais a agirem com mais presteza em favor dos microempresários e principalmente temos orientado a perícia, a perícia técnica a também buscar o andamento dessas ocorrências. O empresário não pode ficar duas, três ou seis horas aguardando a perícia chegar, porque o local do crime não pode ser violado, porque naquele dia ele deixa de vender o seu produto, deixa de trabalhar, mas tem que pagar os funcionários, tem que pagar a conta de luz e de água, enfim. E, cientes disso, nós estamos em fase final de elaboração de uma lei orgânica. É interessante termos aqui a presença de deputados, aqui, deputados estaduais. O que é a lei orgânica? A lei orgânica é uma legislação de natureza complementar que estrutura as instituições, no nosso caso, a Polícia Civil. A nossa lei orgânica que é o nosso caso, é que a lei complementar 0,55 de dezembro de 2001, é uma lei que não atende mais. O tempo mudou, os tempos mudaram, as pessoas mudaram as demandas são diferentes, ela não atende mais. A gente tem feito muitas adaptações, a gente tem usado de muita criatividade, volto a dizer, somente uma governadora comprometida com a Segurança Pública, com a população permitiria que usasse de tanta criatividade na gestão da polícia civil.

Deputado Brito Bezerra – Peço que vossa excelência encaminhe para a conclusão.

Doutor Marcos Lazaro Ferreira Gomes – E nós, deputado Brito, esperamos sinceramente de alma que os senhores deputados sejam sensíveis com esses projetos de lei que virão para cá, no sentido de modernizar a polícia. E nesse projeto de lei, existe a previsão para que a gente crie uma unidade de polícia administrativa judiciária para receber. Queríamos que elas não tivessem essas demandas, porém elas existem e devem ser bem recebidas. Muito obrigado, pela extremista paciência de todos, e um excelente dia a todos e que Deus nos abençoe.

Deputado Brito Bezerra – obrigado, doutor Lazaro. A palavra está franqueada à senhora Secretária Pública, a senhora Giuliana Nicolino de Castro. Senhor Lazaro, entenda, que com o avançar do tempo é o que nos faz pedir essa celeridade, obrigado.

Secretaria Giuliana Nicolino de Castro – Muito bom-dia, excelentíssimo senhor deputado Brito Bezerra, que é o autor desta Audiência Pública que está presidindo essa Audiência Pública tão importante para o estado de Roraima e é uma satisfação para nós da Secretaria de Segurança Pública estar aqui presente. Vou mudar o microfone aqui. Bom-dia mais uma vez, excelentíssimo deputado senhor Brito Bezerra, senhores deputados estaduais aqui presentes: e o Deputado Soldado Sampaio, deputado Oleno, Gabriel Picanço, e me perdoe se eu esqueci de alguém. Excelentíssimo senhor Delegado Geral adjunto, doutor Marcos Lazaro, excelentíssimo senhor Frederico Linhares, Secretário da Casa Civil; Coronel Macedo, comandante dos delegados associados, é um prazer estar aqui com os senhores hoje, Coronel Lindolfo Besa, a todos presentes, senhor Felix, presidente das micro e pequenas empresas e os demais presentes; senhor Airton, representando as pessoas que foram expulsas dos seus lares devido a toda essa questão da, como foi dito aqui. O Senhor Mao foi desentrosado, o senhor foi expulso porque o senhor nunca tinha sido um intruso. E

são várias as peculiaridades que nós vivemos aqui no nosso estado de Roraima. Então, senhoras e senhores da plateia, nosso bom-dia, é uma satisfação estar aqui hoje com vocês, pois entendemos a importância desta Audiência Pública estar acontecendo hoje, atendendo as demandas desse segmento tão importante para o crescimento e do desenvolvimento do nosso estado, que são as empresas. Eu não vou nem chamar de micro e pequenas empresas, eu chamo de empresas porque são vocês mesmo que fomentam a nossa economia do nosso estado, e nós sabemos a preocupação da nossa governadora Suely Campos com o desenvolvimento do estado de Roraima. Nós podemos afirmar que o estado de Roraima tem uma grande peculiaridade em relação aos demais estados da federação, porque nós possuímos aqui uma tríplice fronteira internacional, compreendendo Brasil, Venezuela e Guiana. Nós possuímos aqui a segunda maior faixa de fronteira do país que faz fronteira internacional, apesar de sermos um dos menores estados da federação. E a Segurança Pública do estado vem sofrendo mudanças no cenário local em decorrência do aumento populacional visível na área urbana. E, uma das características que vêm junto com esse crescimento populacional, é a criminalidade, da vulnerabilidade social conforme os pesquisadores de Segurança Pública têm afirmado. E, não obstante todas as problemáticas administrativas, orçamentárias e financeiras que nós estamos enfrentando, e dos entraves sociais e peculiares, a secretaria de segurança conseguiu implantar no final do ano passado, através do Centro integrado de Segurança o vídeo-monitoramento de forma ininterrupta na fronteira de Pacaraima e na capital boa-vistense, totalizando 42 câmeras instaladas, através de um contrato recente afirmado para a manutenção e troca dos aparelhos e troca de fibra ótica. Nós podemos afirmar que apesar das demandas na Secretaria Pública não terem sofrido um grande impacto, ainda, no número de ocorrências registradas, é possível ver o aumento populacional e a sensação de vulnerabilidade e insegurança que esse aumento tem trazido para a Segurança Pública. E a Secretaria Pública de acordo com a polícia ostensiva compreendida pela polícia militar do estado de Roraima está constantemente nas ruas da nossa capital afim de coibir o crime e atender de imediato as ocorrências diárias como, por exemplo, a Ronda Polícia Comunitária, e a Ronda Maria da Penha que atende de prontidão os conflitos sociais que, muitas vezes, se tornam problemas policiais. No que tange à polícia judiciária, as qualificações dos profissionais são constantes, as investigações continuadas e a capacidade de atender a população vêm se aperfeiçoando, através de equipes de plantões e de delegacias especializadas, para atender com prioridade e primazia aqueles que necessitam de atendimento especializado de acordo com as exigências legais. Arelado a essa preocupação constante no mundo, hoje em dia, através de pesquisas recentes, nós podemos afirmar que a maior preocupação não apenas do cidadão brasileiro, mas também do cidadão roraimense é a criminalidade é a segurança! E nós, atrelados a essa preocupação, as empresas privadas têm procurado investir na sua própria segurança, na observação dos patrimônios particulares por meios cibernéticos em tempo real, conseguimos administrar a vigilância do patrimônio utilizando aparelhos de última geração. No surgimento das ocorrências policiais, a polícia ostensiva deve ser acionada imediatamente, e de posse dos relatos repassados, poderão servir filmagens, provas testemunhais para que a Polícia Civil possa investigar os fatos e é necessário que seja feito um retrospectivo registro da ocorrência. Nós sabemos que, muitas vezes, as pessoas não procuram a delegacia para fazer o registro da ocorrência, e isso é muito importante para que a gente possa trabalhar tanto na resposta que a polícia vai dá para aquele fato noticiado, como também para que nós possamos trabalhar nas estatísticas para formularmos as políticas públicas necessárias para o enfrentamento dessa criminalidade que está crescente como estamos vivendo. A Segurança Pública e privada pode andar juntas, a gente pode se unir e por isso eu quero agradecer e parabenizar, mais uma vez essa iniciativa da federação das micro e pequenas empresas, do deputado Brito Bezerra e da Assembleia Legislativa em estar possibilitando este dialogo, para que a gente possa buscar medidas adequadas e pertinentes para fornecer a segurança para a população do estado de Roraima, e para as empresas no estado de Roraima. Aqui nós queremos chamar a atenção para uma peculiaridade que a Secretaria de Segurança tem enfrentado a respeito da questão orçamentária. A governadora Suely Campos enviou para a Assembleia Legislativa no final do ano passado, através do projeto de lei 121 de 2017, a

Lei Orçamentária anual, uma previsão orçamentária para Segurança Pública 6.973, infelizmente, através de emendas parlamentares, a Assembleia Legislativa tirou 86% desse orçamento da Segurança Pública, autorizando para que nós pudéssemos trabalhar no ano de 2018 com orçamento de apenas 1 milhão de reais. E quando houve o veto da governadora Suely Campos, preocupada, com a Segurança Pública do estado de Roraima, e infelizmente esses vetos foram derrubados. Então, agora nós procuraremos, junto com a procuradoria do estado de Roraima, judicializar essa questão para que a gente possa executar o orçamento previsto pelo governo do estado de Roraima para trazer segurança para nossa população. Como nós estamos aqui discutindo essa questão de segurança pública, que é o problema que mais preocupa o cidadão roraimense, nós não podemos aceitar de bom agrado que os nossos excelentíssimos deputados estaduais tirem essa segurança pública da população. Nós lamentamos que isso tenha acontecido, mas nós acreditamos que os senhores trabalharam muito para que isso não acontecesse para que a gente pudesse executar esse orçamento por isso que nós temos esperança de obter essa vitória nessa questão. E em relação ao aumento da violência, nós podemos citar também a questão fronteiriça, como nós dissemos que o estado de Roraima tem a fronteira muito extensa, e que nos últimos três anos nós temos convivido com o aumento dessa criminalidade trazida justamente por conta dessas nossas fronteiras. Antigamente, os senhores sabem que nós não convivíamos com o crime utilizando armas de fogo, com armas de grosso calibre e hoje nós temos essas ocorrências, enquanto essas armas sequer, são produzidas no Brasil! Fato que nos leva a crer que elas entraram por nossas fronteiras e, principalmente, na fronteira da Venezuela com Pacaraima e Guiana. Então, é necessário, cada vez mais, que o governo federal assuma sua responsabilidade em relação à segurança pública no nosso país e no nosso estado de Roraima, para que eles reforcem esse policiamento nas fronteiras de maneira a evitar que essas armas e essas drogas cheguem na nossa população, cheguem ao nosso país. Armas que, inclusive têm chegado em outros estados, tendo como rota o estado de Roraima. E com base nisso, devido ao aumento populacional, esse aumento da demanda da segurança pública, nossa Governadora encaminhou para o governo federal uma série de projetos que somam uma quantia de 100 milhões de reais para que a gente possa executar ações, para prevenir, para coibir e enfrentar, de maneira eficaz, o aumento da criminalidade que tem avançado em nosso estado. Nesses projetos, nós temos o indicativo, teremos também suporte do governo federal. Recentemente, o governo federal criou o Ministério de Segurança Pública passando a secretaria de segurança pública por subordinação. Então estaremos, mais uma vez em Brasília se reunindo com o ministro Jungman para tratar dessa questão dos repasses do governo federal para o nosso estado de Roraima. Esperamos, pois que com isso diminuam essas ocorrências, também contra nossos queridos empresários. Nós estamos também, e faço aqui um convite para nossos empresários, é que nós estabelecemos o GGI (Gabinete de Gestão Integrada) para a Segurança Pública, é um momento em que nós temos a possibilidade de diálogo e integração entre as polícias civil e polícia militar, polícia federal, polícia rodoviária federal, corpo de bombeiros e todas as instituições relacionadas à Segurança Pública. Fica aqui o convite, mais uma vez, nos convidando os senhores para que a gente possa ali naquela instancia debater as diversas situações. Nós sabemos que a integração na segurança pública é fundamental. Então, nenhuma boa instituição vai conseguir obter bons resultados trabalhando sozinha. O senhor Felix aqui mesmo disse que, temos várias policias, mas, o que nós precisamos é integrar essas policias, para podermos elaborar um plano conjunto de atuação, cada um dentro do seu limite de atuação, mas sempre voltada a um processo de integração para que possamos conseguir atingir os objetivos que a gente espera. Diante disso, então, nós queremos afirmar aos senhores que nós já estamos dando início aos estudos para que seja criada essa Delegacia Especializada em crimes contra o empreendedor, porque não é apenas pela questão criminal que os senhores estão sendo vítimas, mas também o que nos chamou bastante atenção foram essas recuperações fiscais. Isso também será possível, através dessa delegacia, e vai trazer bons resultados para a nossa população do nosso estado de Roraima. Nós temos aqui no estado de Roraima policiais altamente comprometidos, aguerridos, que estão no dia a dia combatendo a criminalidade, enfrentando a criminalidade. Então, foi uma ótima oportunidade

estarmos aqui reunidos para que a gente possa sair daqui e implantar essas ideias para melhorar a segurança pública da nossa população. Muito obrigada.

Deputado Brito Bezerra – Muito obrigado, doutora. A palavra será franqueada aos deputados. Está aqui inscrito, Gabriel Picanço, a palavra está com vossa excelência.

Deputado Gabriel Picanço – Obrigado, eminente deputado Brito Bezerra. Quero aqui também, Deputado Brito, parabenizar a vossa excelência por estar proporcionando esta Audiência Pública, e as demais autoridades da mesa que estão neste momento. Só uma reflexão, deputada Brito, sobre este debate que é importante para a população, mas é os colegas deputados que não comparecem, sabe por quê? Porque eles enxugam gelo deputado Brito, a polícia civil a polícia militar se matam trabalhando, prendendo delinquentes, que chegam La, porem o magistrado falta. Eu já vi policial chorando arrependido de estar policial, porque não tem jeito, deputado Brito, só tem jeito se mudar a constituição brasileira, não adianta criar secretaria com hóstia, com papa, com gravata. Não adianta! Adianta criar polícia que tenha autonomia de matar quem rouba de prender quem rouba e acabar com esse negócio de um juiz pegar e liberar “não o cara é bonitinho, a polícia prendeu, mas quem manda sou eu que estou aqui engravatado”. A polícia militar está suando no calor de 40° salvando. Nós temos que mudar nos temos que eleger pessoas no congresso nacional que tenha coragem, que tenha coragem de mudar se não nos vamos sofrer nossos filhos nossos netos. A polícia militar de Roraima é a mais honesta do Brasil, e a polícia militar também eu nunca ouvi dizer em policial roubando, eu já vi policiais aí na rua de pé, de moto, mas roubando eu nunca vi não! Porque que soltam? Nós somos desse tamanhinho, como diz o ditado popular, finado meu pai, nós somos um ovo. Em nível nacional, estado adianta a polícia prender? Não adianta! Não adianta, porque o magistrado vem e solta. Depois vamos acabar com esse negócio do cara com 16, 18 anos ser menor de idade, é nada! Com 16 anos tem filho, 18 anos tem filho, não existe isso, não. Vamos criar vergonha e falar a verdade não adianta o governo do estado investir em arma de brilhantes, em armas de grosso calibre, não adianta! Adianta a justiça executar mano velho, entendeu? O preso para ser visitado pela família tinha que está com pelo menos 6 meses recolhido ele está preso, lá não é casa de festa. La ele leva droga, leva arma, leva tudo leva presente, o que é isso? Nós temos que mudar a nossa postura, eu sou assim, me desculpem, me desculpem os direitos humanos, mas pega um filho dos direitos humanos e me diz se ele vai defender, mata um policial para ver se os direitos humanos da pelo menos uma vela para a família acender, não dá! Mas mate um delinquente, mate uma pessoa que cometeu crime para ver, que matou o pai, que matou o filho, que matou a mãe e que matou o empresário. “Ah, não lá é diferente! Ela é doida não pode tocar nesse não”. Então me desculpem as pessoas que estão assistindo e as pessoas que estão aqui. Só tem um jeito, doutor Renner, se nos mudarmos a constituição federal, e a polícia é polícia, e o bandido é bandido, e vamos para o enfrentamento e acabou-se, vença quem tiver mais poder. Obrigado e um bom-dia.

Deputado Brito Bezerra –Obrigado, deputado Gabriel. Com a palavra o deputado Oleno Matos, que certamente irá para a câmara federal, aí ele tem essa incumbência, como nosso amigo acabou de colocar, corajoso ele é.

Deputado Oleno Matos – Aí você imagina um defensor público com o discurso do Gabriel, vai dar o que falar na câmara federal. Vamos achar um meio termo, por isso estamos aqui coladinhos. Deputado Brito Bezerra, meus parabéns pela iniciativa, meus parabéns a todos que estão aqui participando deste momento de discussão sobre a nossa segurança pública, mais precisamente as microempresas que passam por situações tão vexatórias diante da insegurança em que vive o nosso estado. Minhas escusas diante da ausência dos meus colegas do plenário e pela demora para iniciarmos estas Audiência Plenária. Eu vi que os colegas chegaram no horário e estavam aqui desde 8:30, 09:00 da manhã. Essa é uma matemática muito complexa de se debater, e eu vou me ater a alguns assuntos que foram extremamente colocados, as temáticas que foram colocadas antes, através das autoridades que falaram antes presidente Felix, da FEMICRO; o senhor Aírton Cabral, do Frederico Linhares, nosso chefe da Casa Civil representando a Governadora, doutor Renner de Almeida, representando os delegados, o Coronel Lindolfo, delegado Marcos Lazaro na condição

de delegado geral adjunto, da doutora Giuliana nossa secretaria de segurança, todos que falaram. Eu acho, que antes dessa crise migratória da Venezuela como foi dito pela nossa doutora Giuliana e por nosso comandante Coronel Macedo, Roraima já era um ponto em que o governo federal teria que dar uma atenção especial nós já temos a questão desses armamentos que estão entrando pelo nosso estado, a nossa inteligência sabe disso a muito tempo, nós temos a questão de ser rota do tráfico há muito tempo, essa crise migratória só veio fazer com que Roraima fosse enxergada no mapa pelo governo federal que, muitas vezes, não enxerga. E eu digo isso, porque o governo do estado tem tentado apenas diante da sua condição, diante da crise que vem se perpetuando desde o início do governo tem tentado a duras penas fazer com que esse governo funcione e isso se dá principalmente pela vontade da governadora para que a segurança pública seja apenas de maior eficiência na sua gestão. Mas a gente bem sabe que nós precisamos avançar muito mais. Acompanhei de perto na Casa Civil a crise do sistema prisional, as crises na segurança, mas também acompanhei de perto a polícia militar, polícia civil, dos guerreiros agentes penitenciários de toda cúpula da justiça de cidadania. E aqui quero fazer um aparte para manifestar o meu desabafo de não entender o que aconteceu ontem com, em minha opinião, uma decisão precipitada, sem nem ouvir a opinião de quem está do outro lado, do nosso secretário de justiça e cidadania que, ao meu ver, vou usar a expressão do Gabriel, também está enxugando gelo e tem enxugado gelo com uma precisão muito grande que ao longo dos últimos dias, semanas nós desarticulamos 4 túneis que estavam sendo construídos dentro do sistema prisional, e a gente sabe quem atua no sistema que o secretário do estado, o secretário adjunto, aqui está toda cúpula, não têm tempo livre 24 horas, porque quando a gente está dormindo é a hora que os presos estão La infernizando e querendo sair daquele sistema, e eu vivi isso na pele na Casa Civil! Eram duas, três horas da manhã e eu indo dormir, e acordando cinco, seis horas com assassinatos, com fugas constantes. Eu quero constar aqui o meu desagrado e que foi precipitado e que não vai fazer nenhum bem para o sistema. Então, eu quero colaborar da seguinte maneira: Nós precisamos que o governo federal nos ajude! Doutora Giuliana, não basta o governo vir de lá com promessas de 20, 30, 40, 50, 100 milhões não! O que a gente quer é efetividade, eu quero que o presidente Temer que ele fale de lá que ele arrumou 100 viaturas para a Polícia Civil e a Polícia Militar do nosso estado, que elas já estão vindo de lá, que ele contratou de forma emergencial, que ele contratou armamento, que ele mandou os equipamentos necessários para a gente utilizar o armamento, que ele, caso for necessário, mande forças policiais para cá, que o nosso empresário não seja mais sacrificado ainda do que já está. Porque o empresário paga o imposto dele, e naquele imposto que ele paga está previsto que ele deve ser servido pelo estado, com saúde, com educação e com segurança. Então, não adianta a gente querer aqui que o empresário assuma com a sua responsabilidade, achando que, da porta do seu estabelecimento para fora ele tenha uma responsabilidade. Daqui a pouco, nós vamos estar criando as minis milícias na Ataíde Teive que é um beco comercial, rua comercial. Nossos colegas vão ter que contratar uma segurança privada, para estar fazendo papel de estado não é isso que a gente quer. Então, a gente precisa urgentemente, que fique registrado em ATA, deputado Brito, viaturas, a polícia não consegue fazer seu trabalho sem viaturas, nossos guerreiros da polícia militar são heróis, eu acompanho o dia a dia deles, eles fazem um trabalho brilhante? Fazem! Mas é certo que precisamos melhorar. O número de viaturas, apesar de a governadora tentar com aluguel, com aquisição gente é segurança, se persegue bandido toda hora, toda hora se pede uns 100 números de viaturas em perseguições, em atuações. Então, nós precisamos que o governo federal pare de discurso, desde o carnaval o presidente Temer esteve aqui, já faz um bom tempo, e até hoje nos ainda não vimos de concreto nada, apesar da governadora estar insistentemente em Brasília, tentando fazer e acontecer. Eu acho, que nós temos que evoluir em sentido de cobrar das forças nacionais, cobrar do governo nacional. Esse problema do narcotráfico, esse problema que hoje se instalou no sistema prisional, dá qual nome? Me fugiu agora! Das facções, esse problema quem criou foi o governo federal! Nós discutimos isso há mais de 20 anos, avisávamos que isso ia chegar aonde chegou que eles iam assumir o controle, eles são mais organizados que o governo e aí está posta essa situação. Agora, que o governo tem que fazer uma ação, mas eu não sei até que ponto vai ser eficaz de fazer uma intervenção no Rio de Janeiro, coisa

que nunca tinha sido feita em nosso país e nós não sabemos onde isso vai parar, porque, na realidade, no Rio está sendo feita uma meia boca de intervenção, porque o governo federal nem sabe como lidar com essa intervenção! O exército já avisou, que intervenção é estado de guerra, vocês não podem fazer uma intervenção meia boca para a gente atuar assim, e sabe Deus o que vai gerar, até porque o narcotráfico é extremamente organizado, as facções são extremamente organizadas, e parece aquelas coisas lendárias cada vez que a gente corta uma cabeça nascem duas. Coronel Macedo sabe bem disso, aí vem outro problema nosso que é a falta de educação a falta de outras políticas públicas. Mas aqui fica o meu registro de a gente tentar dar efetividade a esse nosso encontro, dizer o que nós queremos para agora, senão nos vamos ter que entrar em um campo de legislação, que a assembleia vai ter que aprimorar a legislação que o Executivo vai ter que avaliar projetos, projetos que vão ser enviados pela delegacia geral ou pela polícia militar. Vamos definir aqui que, não tem previsão sobre esses 100 milhões, pelo menos, vamos dizer que desses 100 milhões a gente quer isso, isso e aquilo e trazer a segurança. E eu acho que, no fim de tudo é o que vocês querem, é que a gente estabeleça um marco daqui para frente para dar uma maior segurança, a segurança não é só para os nossos empresários estar em aqui debatendo isso, mas sim para toda a população do nosso estado.

Deputado Brito Bezerra – Muito obrigado, deputado Oleno. Quero registro em ATA a contribuição dos colegas deputado Gabriel, deputado Oleno. Agora, paço a palavra para o deputado Soldado Sampaio, que vem da Segurança Pública, já foi soldado de polícia e hoje é coronel, grande parlamentar. A palavra está com vossa excelência.

Senhor Soldado Sampaio – Obrigado, senhor presidente pelas referências, senhoras e senhores que compõem a mesa; secretaria Giuliana, representante da Delegada Geral, delegado adjunto, os empresários aqui também que trouxeram as ações para que fosse feita esta Audiência; comandante da Polícia Militar; secretário da Casa Civil, todo aqui presente, um bom-dia. É fato que aquele Roraima de dormir de portas abertas com aquele Roraima que nós estávamos acostumados não existe mais. Isso é fato, as pessoas estão com essa insegurança, as pesquisas mostram isso, os presídios superlotados, as facções criminosas tudo isso que foi debatido aqui é a realidade que nós vivemos e que não nos preparamos para isso. Essa é a grande verdade, o sistema penitenciário vem sendo empurrados com a barriga, são pessoas que estão presas, isoladas, é a lei da sociedade. Achou que era só um problema das famílias do preso, e que era um problema apenas da CELUP, é um problema da cidade e nasceu lá. Hoje nós podemos dizer que lá no sistema prisional, onde está boa parte da origem da violência que sofremos, ou pelo menos, partem de lá as ordens e as orientações. O Estado dentro dessa inércia que aconteceu com o passar dos anos, passando até, pela nossa penitenciária que, afinal nunca foi penitenciária, que ali era uma penitenciária agrícola, nem existe essa figura. E consta apenas para aprender, guardar os crimes com menor potencial, mas aí foi lotando e chegou onde chegamos, que todo mundo conhece a nossa situação do sistema penitenciário! Então, se não sanar aquele ponto de partida ali, comandante Macedo, fica difícil, porque vamos estar aqui fora no processo enxuga gelo. E eu quero me associar à fala do deputado Oleno, quando ficamos perplexos com essa decisão da justiça afastar o secretário Romeu Marinho que vinha aí há muitos anos tentando organizar aquilo ali e tocar as obras de reforma e ampliação, destravar os convênios que deram problema, e aí pegamos esse balde de água fria! Me parece que nem o secretário foi ouvido ainda por parte do Ministério Público e da justiça. Ministério Público e a Justiça são os mesmos a multar o governo, mas não desce do pedestal para vir aqui ajudar a encontrar uma solução, é fácil ficar jogando pedras. É isso que nós temos vivenciado, essa atividade para qual a CEJUP, não é diferente para a Polícia Militar, não é diferente para com a Polícia Civil, sempre criando dificuldades. Nós não temos uma polícia violenta, uma polícia truculenta falou agora pouco, uma polícia preparada, uma polícia honesta. Eu estranho essas razões da justiça e do ministério público sobre esses comportamentos, não quer ou não vive nesse mundo, e não no nosso estado para sentir as nossas dores e sensação de insegurança, como as pessoas sentem, como as pessoas estão sentindo hoje aqui os empresários, os pequenos empresários que são alvo de constantes roubos, assaltos e furtos. Então, essa é a situação que nós vivemos no estado de Roraima. A governadora

tem feito muito para a Segurança Pública, eu falo isso por propriedade e por conhecer outros governos. Ela sempre está cobrando, mas quero aqui também tirar o chapéu para os investimentos que foram feitos na Polícia Civil, na Polícia Militar, agentes penitenciários, na valorização dos servidores. Hoje, o servidor da Segurança Pública é valorizado, em especial, se compararmos com outros estados. Nós temos hoje os delegados mais bem remunerados do país, os coronéis da Polícia Militar especial do quadro do estado são os mais bem remunerados do país. Os sargentos, os soldados tiveram um aumento muito significativo na questão salarial, assim como o agente de Polícia. Temos adquirido muitos equipamentos, mas a situação tomou uma intensidade tão grande que nós temos que apelar para o governo federal buscar ajuda, mas o governo tem vivido de factoide o governo está fazendo com Roraima o que fez com o Rio de Janeiro que há tempos vem pedindo ajuda. Depois quando estourou, o governo vai lá e faz uma intervenção sem pé e sem cabeça, porque não teve um trabalho antes. Com relação à Segurança Pública que foi colocada aqui, nós precisamos melhorar, em especial, no tocante à capacidade da gente, deputado Brito, aconselhar, organizar qual o termo necessário que for usado para integrar a Polícia Militar, Polícia Civil, um sistema como um todo, essa integração está avançando até pelo aumento da nossa tecnologia, do bom diálogo que existe, mas nós não temos norma legal ainda para integralizar esse sistema de Segurança Pública. Um tempo atrás, disse o Secretário de Segurança Pública de Roraima: é uma figura decorativa. Eu espero que isso não continue ocorrendo e que nós tenhamos uma integração da Polícia Civil com o seu papel, a Polícia Militar com seu papel, também os agentes penitenciários. Eu tenho que cobrar isso da Governadora, eu sei que isso mexe com muita gente, todo mundo acha que está fazendo a sua parte, mas um dia nos vamos integralizar isso mais ainda, e vamos ver quanto tempo nós perdemos, ver que se tivéssemos integrado isso há mais tempo nos teríamos mais sucesso, mas isso vai ocorrer. Eu acredito que essas formações políticas, a própria sociedade, os próprios setores empresariais irão se organizando e cobrando isso, vai despertar no governo, nos agentes de Segurança Pública e nós fazermos essa integração, Secretaria Giuliana, quanto antes, e não é para tirar prerrogativas nem privilégio, é apenas para juntar forças para termos uma segurança mais integrada. E com isso, quem vai ganhar é a sociedade. No tocante aos pequenos empresários é aquilo eu acho que é uma aproximação maior da Polícia Civil com as informações necessárias, com a Secretaria de Segurança, em especial, a Polícia Militar de levar as informações, de cobrar de reunir outros eventos, como este, para que, de fato, tenha essa sintonia, porque não adianta a gente fechar a porta depois que já teve o assalto, temos que fechar a porta antes, e aí valem as dicas, porque está se tratando do patrimônio de vocês e da segurança dos servidores de vocês os colaboradores, a segurança dos próprios senhores enquanto empresários e, acima de tudo, enquanto pai de família. Então, veja aí quais as dicas, isso é triste a gente ter que falar, deputado Brito, que paga uma carga tributária enorme, mais as despesas para ele ter que equipar e monitorar com câmeras de vigilância, ou seja, qual for o necessário, mas as despesas ele vai ter que fazer isso automaticamente ele vai ter que repassar para o consumidor, porque essa despesa ele não vai absorver, mas eu acredito que vale a pena. Isso não tira a obrigação de vocês e nossa de estar cobrando isso com permanência especial dos órgãos de Segurança Pública que através da secretaria, PM. Então, deputado, parabéns pela fala, parabéns pela audiência, faço o que posso aqui dentro, juntamente, com vossa excelência, com os deputados, alocando recursos para a Segurança Pública, nessa briga em retirada de orçamento, que nós somos contra, secretaria, temos nos posicionado dessa forma, nós não obtivemos os votos necessários desde o início do governo da Suely para canalizar boa parte do orçamento para a Segurança Pública. Nós fizemos aqui dentro nossa cota de emenda individual, de comissão, de frente, mas não tivemos uma tranquilidade, vamos dizer assim, da maioria desta casa desde o início para poder conduzir com mais tranquilidade uma sintonia entre o executivo e o legislativo, mas faz parte do processo político, a gente compreende. Mas, de uma forma geral digo que a Governadora Suely, Deputado Brito, tem feito muito pela Segurança Pública. Eu acho que, se tivéssemos mais um pouquinho de empenho, de fato, do governo junto com as secretarias que trabalham a Segurança Pública minimizar essa situação. As demais questões, como eu falei, o sistema prisional, a questão da

migração, do desemprego que a violência é um produto final. Então, sabemos do produto final de tudo, onde a igreja falhou, onde a família falhou, onde a educação e falta de emprego termina criando esse monstro chamado violência, violência urbana, violência que a gente vem sofrendo. Parabéns, Deputado Brito, parabéns a todos.

Deputado Brito Bezerra – Obrigado, Deputado Sampaio. Agora vou passar para a parte de perguntas, tivemos só uma pergunta. Cadê a Keitiane Guerreiro da UER está aí? A Keitiane fez uma pergunta interessante que a delegada geral levantou e que o Deputado Sampaio também. A pergunta é: Existe possibilidade de trabalhar com o orçamento reduzido em 85% referente a 2017 na contramão dos demais estados brasileiros? Keitiane, eu te respondo. A segurança pública é um direito fundamental do cidadão brasileiro, assim como é a saúde e a educação, mas nós temos que carimbar, carimbar os recursos da segurança pública, assim como são carimbados os da educação, assim como são carimbados os da saúde, através de uma PEC, vamos carimbarmos os recursos da segurança pública porque também é um direito do cidadão brasileiro. Nessas lutas de tirar dinheiro, de remanejar denigra o orçamento, todo ano se tira da educação para botar na saúde, se tira da saúde para colocar na segurança pública vai para os programas sociais, retira dos programas sociais, enfim, se faz um jogo de certo que um dito popular prevalece: cobertor curto, quando puxa para cobrir a cabeça descobre os pés, quando puxa para os pés descobre a cabeça; não acho justo remanejar recursos de segurança pública para educação e de saúde em especial, assim não é justo também o acréscimo para os poderes de antes um bolo orçamentário tão pequeno. Mas como disse aqui o Deputado Sampaio é natural do processo político, o que nós temos que fazer é trabalhar junto a Governadora Suely Campos, que tem força, que tem vontade e vem demonstrando através de ações, para que nós possamos remontar o orçamento da segurança pública, fazer remanejamentos. Esta Casa está aqui com Deputados a disposição para aprovar remanejamentos e que isso sirva de alerta que não possamos mais remanejar recursos dessas partes tão cruciais para outras partes. Quero também dizer aqui ao senhor Felix e registrar a presença do seu pai que está ali Felix, teu pai está ali assistindo, e sua esposa também aqui desde o início, aos colaboradores da FEMICRO, a todos que fazem parte dessa organização. Quero dizer para vocês o seguinte que para nos Deputados Estaduais desta Casa, é uma grande honra abrir as portas para debater a segurança pública e outros assuntos em quaisquer que fossem os momentos necessários com todas as instituições e organizações que possam pleitear aqui juntos, a Assembleia Legislativa esse papel, a Assembleia Legislativa tem feito de pronto de braços abertos para discutir esses assuntos de tamanha importância, com a força de vontade da nossa Governadora, com as estruturas que temos das polícias civis e militares. Nós precisamos de investimentos financeiros e de recursos. E em relação isso, a delegada e agora Secretária de Segurança Pública já esteve em Brasília já tem projetos trabalhando em Brasília para que os orçamentos federais possam vir e que nós dependemos dos recursos federais. Assim também temos uma força de trabalho, com muita boa vontade tanto nas polícias civis como na polícia militar. A Governadora Suely reconheceu esses profissionais, melhorando as suas condições de trabalho com investimentos em viaturas, armamentos e também na questão salarial. Enfim, nós nos colocamos aqui a disposição para todas essas demandas legislativas que venham a atender essas classes para fazer segurança pública, como um todo e claro, senhor Felix, na classe empresarial, para as empresas que são as quem arrecadam recursos e repassam para o estado, como disse aqui, muito bem, o nosso amigo Cabral: não existe um estado forte com empresas fracas, o estado só é forte quando as empresas estão arrecadando muito, estão tendo muito consumo, muitos repasses, fortalecendo o bolo orçamentário para que consigamos ter um estado forte. Por tanto, agradeço os Deputados Estaduais, Oleno, Gabriel, e Sampaio que ficaram até o final, e aos demais que iniciaram e, certamente, têm seus afazeres, mas que estão juntos aqui nessas demandas. Tudo será enviado para a Governadora Suely para que nós possamos tomar as devidas providências. Agradeço a imprensa, aos colaboradores da Casa e a todos que estão até este momento conosco, unindo forças para a segurança pública. Muito obrigado, e dou por encerrada está Audiência Pública.

Deputado Brito Bezerra
 Presidente da Comissão

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
RESOLUÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 0423/2018

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Convalidar o afastamento do servidor **Francisco de Souza Filho**, que viajou para o Município de Mucajaí/RR no dia 26.07.2018 com retorno no mesmo dia, para realizar serviço deste Poder, **sem ônus de diárias** para esta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 30 de julho de 2018.

ANDREIVE RIBEIRO DE SOUSA

Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0424/2018

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Convalidar o afastamento do servidor **Pedro Mardem Souza Felix**, que viajou para o Município de Iracema/RR, no dia 27.07.2018 com retorno no mesmo dia, para realizar serviço deste Poder, **sem ônus de diárias** para esta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 30 de julho de 2018.

ANDREIVE RIBEIRO DE SOUSA

Superintendente Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E SERVIÇOS
CERTIDÕES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E SERVIÇOS
ERRATA

Fica Retificado a **CERTIDÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2018 do Processo nº0426/2018, publicado no Diário da ALE/RR ED. N º 2805, de 30 de julho de 2018:**

Onde se lê:

No valor total de R\$ 24.210,00(vinte e quatro mil e duzentos e dez reais);

Leia-se:

No valor total de R\$ 19.710,00(dezenove mil e setecentos e dez reais).)

Boa Vista-RR 31 de julho de 2018.

Lincoln Johnson Batista de Mendonça

Superintendente de Compras e Serviços

